



11 **ATA**

12 **139ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO**  
13 **CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**

14  
15  
16  
17 **CNPS**

18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25 12 de dezembro de 2007  
26 Brasília – DF  
27

28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38 **MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS**

39 **ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DO**  
40 **CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - CNPS**

41  
42 **DATA:** 12 de dezembro de 2007

43 **LOCAL:** Sala de Reuniões do 9º Andar do MPS

44  
45 **I – PRESENCAS**

46  
47 **Representação do Governo**

48  
49 MPS – João Donadon

50 INSS – Benedito Adalberto Brunca

51  
52 **Representação dos aposentados e pensionistas**

53 COBAP – Josepha Theotônia de Britto

54 SINDNAP – Luiz Antônio Adriano da Silva

55 CENTRAPE – Edmundo Benedetti Filho

56 SINTAP – Eptácio Luiz Epaminondas

57  
58 **Representação dos trabalhadores em atividade**

59 CONTAG – Evandro José Morello

60 CUT – Maria Júlia Reis Nogueira

61  
62 **Representação dos empregadores**

63 CNF – Jorge Higashino

64  
65 **Convidados:**

66 Dataprev – Rodrigo Novais Coutinho

67 Dataprev – Ubiramar Mendonça

68 MPS/ACS – Gilson Euzébio

69  
70 **Ausências:**

71 MPS – Luiz Marinho

72 MPS – Helmut Schwarzer

73 MPS – Leonardo André Paixão

74 INSS – Marco Antônio de Oliveira

75 SRP – Adélia Martins da Matta

76 MF – Paula Bicudo de Castro Magalhães

77 MPS – Carlos Eduardo Gabas

78 MP – Guilherme Costa Delgado

79 COBAP – Josias Oliveira Melo

80 CGT – Carlos Alberto dos Reis

81 CNA – João Cândido de Oliveira Neto

82 CONTAG – Alessandra da Costa Lunas

83 CNI – Aurélio Marcio Nogueira

84 CNM – Paulo Roberto Ziulkoski

85 CNT – Marcos Machado Soares

86 CNC – Roberto Nogueira Ferreira

87 SDS – Wagner José de Souza

88 FORÇA SINDICAL – Nilson Santos Bahia

89 CNM – Laize Carvalho Palhano X. de Souza

90  
91 **II – ABERTURA**

92  
93 Presidindo a Mesa, o Diretor da Secretaria de Políticas de Previdência Social do Ministério da  
94 Previdência Social, João Donadon, abriu a 139ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de  
95 Previdência Social, desejando bom dia aos Conselheiros e informando que o Excelentíssimo

96 Senhor Ministro da Previdência Social, Luiz Marinho, deveria abrir a reunião, mas foi  
97 impossibilitado por ter sido convocado para uma reunião de emergência, informando aos  
98 presentes a possibilidade da participação do ministro no transcorrer da reunião.  
99

### 100 **III – EXPEDIENTE**

101  
102 Em seguida, o Senhor Presidente lembrou que havia comunicado a sua saída do Conselho, em  
103 setembro, que havia sido indicado o Sr. Geraldo Almir Arruda para suplente do Conselheiro Helmut  
104 Schwarzer, que estava em viagem ao Chile, a convite da Organização Internacional do Trabalho,  
105 sendo que houve a sua recondução, devido à rejeição da medida provisória que possibilitava a  
106 criação da Secretaria-Adjunta da Secretaria de Políticas de Previdência Social. Pediu que os  
107 senhores conselheiros se solidarizassem com o Conselheiro Nilson Santos Bahia, representante  
108 da Força Sindical, cuja esposa havia falecido. Em seguida, o Senhor Presidente submeteu à  
109 votação a Ata da 138ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS,  
110 realizada no dia 21 de novembro de 2007, a qual foi aprovada por unanimidade, com uma emenda  
111 da Senhora Conselheira Josepha Theotonia de Brito.  
112

### 113 **IV – ORDEM DO DIA**

114  
115 O Senhor Presidente informou que na Ordem do Dia estava prevista uma apresentação do  
116 Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social a respeito da situação relacionada com o  
117 desenvolvimento e promoção de igualdade, mas aquele colegiado não havia enviado um  
118 representante para a reunião. Sugeriu que se fizessem estudos a partir dos bancos de dados do  
119 Ministério da Previdência Social sobre: Previdência e Igualdade de Gênero; Previdência e  
120 Equidade Intergeracional; Previdência e Igualdade de Raça, Arrecadação e Despesas  
121 Previdenciárias, Impactos sobre as Desigualdades no País. Em seguida, passou a palavra para a  
122 Senhora Conselheira Josepha Theotonia de Brito, que destacou a Reunião dos Conselhos da qual  
123 participou, ressaltando que há mais de quarenta conselhos, mas apenas vinte e quatro foram  
124 convidados, que seria importante que todos se unissem e tomassem conhecimento uns dos  
125 outros. Destacou o trabalho do Conselho Nacional do Idoso e que seria muito importante  
126 conhecer o funcionamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e que,  
127 portanto, valeria a pena insistir na participação deste em outra oportunidade. O Senhor Presidente  
128 concordou e consultou os demais conselheiros sobre o prosseguimento na tentativa de discutir os  
129 temas propostos com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. O Senhor  
130 Conselheiro Epitácio Luiz Epaminondas também defendeu a discussão, argumentando que, por  
131 exemplo, em relação aos acordos firmados, oito ministérios assinam pelo Governo, o que  
132 demonstrava que há uma interface temática entre as várias áreas de atuação. O Senhor  
133 Conselheiro Luiz Antônio Adriano da Silva lembrou que a Previdência é a maior distribuidor de  
134 renda do país e poderia registrar num documento suas impressões sobre a Previdência Social e  
135 seu impacto no desenvolvimento humano. Depois de verificar que nenhum outro conselheiro  
136 gostaria de se manifestar, o Senhor Presidente registrou que havia interesse do Conselho em  
137 prosseguir na discussão daquele tema, insistindo na participação de um representante do  
138 Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social numa das próximas reuniões e, também, que o  
139 próprio Ministério tinha interesse em desenvolver estudos no sentido de mapear situações que  
140 pudessem caminhar na direção da equidade, seja de raça, gênero ou relações intergeracionais.  
141 Em seguida, passou ao item seguinte da Ordem do Dia, dando a palavra para que o Diretor de  
142 Relacionamento, Desenvolvimento e Informações da DATAPREV, Senhor Rodrigo Novais  
143 Coutinho, para que apresentasse as ações da DATAPREV em 2007 e suas perspectivas para  
144 2008. Este iniciou pedindo desculpas, já que a apresentação teria sido preparada e seria feita pelo  
145 Presidente do órgão, José Antônio Borba Soares, que estava, naquele momento, na unidade  
146 regional de Mato Grosso do Sul. Disse que mostraria um balanço com os fatos de maior destaque  
147 e que tiveram repercussão externa, atividades consideradas importantes, e o planejamento para o  
148 próximo ano. Afirmou que com o apoio do Ministério da Previdência Social, por meio do Instituto  
149 de Nacional de Seguridade Social – INSS e dos ministérios da Fazenda e do Planejamento, a  
150 DATAPREV colocou em dia os pagamentos aos fornecedores, o que melhorou a situação da

151 empresa e possibilitou licitações com preços mais baixos. Destacou que a dívida com a empresa  
152 COBRA foi totalmente negociada e que dívida com a UNISYS foi liquidada, tendo sido as  
153 negociações acompanhadas pelo Ministério Público Federal e pelo Tribunal de Contas da União.  
154 Ressaltou, ainda, as vantagens da troca da arquitetura da rede gerida pela empresa, pois houve  
155 uma alteração na sua topologia, transformando os circuitos para individuais e implantando novos  
156 protocolos e novas instalações físicas, o que permitiu a abertura de novos leques de serviços  
157 internos e externos, além de reduzir gastos. Informou que houve um processo de negociação que  
158 resultou na assinatura de um acordo coletivo de trabalho que garantiu um reajuste de 4,5% e na  
159 busca de um novo plano de cargos e salários, ressaltando que uma empresa de tecnologia não  
160 conseguia reter qualquer profissional da área com um salário inicial de dois mil e quatrocentos  
161 reais. Outro ponto destacado foi o plano de desligamento voluntário, uma vez que a média de  
162 idade de funcionários na DATAPREV era de quarenta e seis, quarenta e sete anos, que ele  
163 considerava muito alta para uma empresa de tecnologia. Informou, também, que o passivo  
164 atuarial da entidade de previdência complementar dos funcionários da empresa, o PREVDATA,  
165 estava sendo negociado com a Secretaria da Previdência Complementar do Ministério da  
166 Previdência Social, que o encaminharia posteriormente ao Ministério do Planejamento. Em  
167 relação aos aspectos técnicos, destacou o aumento de oitenta por cento da capacidade de  
168 processamento da empresa, com a modernização do CNIS – Cadastro Nacional de Informações  
169 Sociais -, que inclui o desligamento de um dos *mainframes*, sendo que foi contratada, por meio do  
170 Ministério da Previdência, uma empresa externa, a indiana Tata, fábrica de *software*, para apoiar  
171 esse serviço, que estava atrasado, mas que havia um planejamento para que fosse resolvido até o  
172 final do primeiro semestre de 2008. Disse que o outro projeto em andamento era o sistema  
173 integrado de benefícios, que também incluía desligar alguns sistemas, como o Prisma e o SABI –  
174 Sistema de Administração dos Benefícios por Incapacidade -, da mesma forma enfrentando  
175 atrasos, com a promessa de que fossem entregues em meados do segundo semestre do ano que  
176 vem. Relatou que estavam começando a segunda fase do Sistema Integrado de Benefícios –  
177 SIBE2 e que outro processo importante era a unificação tributária com a Receita Federal do Brasil,  
178 do ponto de vista tecnológico. Houve também ajustes relativos ao Censo Previdenciário, na  
179 agenda eletrônica pela *internet*. Comemorou a implantação do SABI em todas as agências,  
180 graças ao aumento da capacidade de processamento e à capacitação do pessoal. Ressaltou a  
181 criação das unidades de desenvolvimento da Paraíba, do Ceará e de Santa Catarina. Em Santa  
182 Catarina, foi feita uma grande operação que alterou os sistemas em apenas uma semana. Na  
183 Paraíba foi desenvolvido o Sistemas de Acordos Internacionais – SIACI -, que integrava  
184 informações trabalhistas dos trabalhadores nos países do Mercosul (Brasil, Paraguai, Uruguai e  
185 Argentina) -, facilitando a obtenção de benefícios para quem pudesse contar tempo de trabalho  
186 efetuado nesses países. Afirmou que a DATAPREV, por meio da unidade de desenvolvimento do  
187 Ceará, consolidou fortemente o atendimento efetivo à Secretaria de Políticas de Previdência Social  
188 e à Secretaria de Previdência Complementar. Garantiu que com a unificação da Receita Federal  
189 do Brasil, SERPRO e DATAPREV teriam de juntar esforços, que jamais haveria qualquer  
190 redundância de esforços entre elas, mas deveriam se complementar, cada um cuidando do seu  
191 nicho, em favor da facilitação da vida do contribuinte. Destacou, também, a assinatura de um  
192 contrato de cinco anos para a modernização dos sistemas do Ministério do Trabalho e Emprego.  
193 Informou que a DATAPREV passou a usar uma solução de *software* para o correio eletrônico, a  
194 partir de um convênio com a empresa paranaense SELEPAR, o que representaria uma economia  
195 substancial aos cofres públicos. Acentuou que foi feita a liberação do COCAR – Controle  
196 Centralizado de Ambiente de Rede – uma ferramenta de muito interesse para as empresas  
197 públicas ou privadas. Informou que a plataforma da Escola Previdenciária é livre. Reafirmou que  
198 a conclusão dos sistemas permitia a devolução de dois dos três *mainframes* da UNISYS, sendo  
199 que cada um custa mensalmente à DATAPREV cerca de um milhão de reais cada. Garantiu que  
200 esses processos vinham sendo acompanhados pelo Tribunal de Contas da União e pelo Ministério  
201 Público Federal, que tinham uma posição extremamente colaborativa, inclusive, na construção de  
202 soluções. Disse que, no ano que vem, haveria a integração do CNIS/RPPS (dos regimes próprios)  
203 com o CNIS geral, a modernização do CADPREV e do SIPREV. Em relação à Previdência  
204 Complementar, disse que seriam entregues três ou quatro sistemas novos, o que daria mais  
205 rapidez na relação da Secretaria de Previdência Complementar com as entidades com as quais se

206 relacionava. Disse crer que as soluções já implantadas e os projetos futuros ajudariam a diminuir  
207 o chamado “custo Brasil”. Informou que seria realizado um concurso público na DATAPREV no  
208 começo de 2008, para garantir também o bom funcionamento dos sistemas legados, ou seja, que  
209 já existiam antes do processo de modernização da empresa. Informou que a empresa estava  
210 passando por um processo de adequação da infra-estrutura tecnológica e física, já que se fazia  
211 necessária a melhoria dos prédios de Brasília e do Rio de Janeiro. Referiu-se a um programa de  
212 capacitação gerencial, já que atualmente o corpo gerencial é composto por técnicos que se  
213 tornaram gerentes, o que prejudica a gestão da empresa. Em seguida, o Senhor Presidente abriu  
214 a palavra para os Senhores Conselheiros fazerem perguntas ao Diretor de Relacionamento,  
215 Desenvolvimento e Informações da DATAPREV, Senhor Rodrigo Novais Coutinho, e passou a  
216 palavra para o Senhor Conselheiro Evandro José Morello, que elogiou o esforço do Ministério da  
217 Previdência Social no encaminhamento das soluções dos problemas da DATAPREV, considerada  
218 por ele a alma do sistema previdenciário, que o plano de cargos de salários era fundamental, e  
219 perguntou se o cadastramento dos segurados especiais rurais poderia começar a ser feito no  
220 começo do ano que vem, como estava planejado, ou se deveria esperar pela efetiva implantação  
221 do CNIS no final do primeiro semestre. O Diretor de Relacionamento, Desenvolvimento e  
222 Informações da DATAPREV, Senhor Rodrigo Novais Coutinho, agradeceu os elogios e disse que a  
223 regularização dos pagamentos do INSS à DATAPREV e a liquidação parcial de R\$50 milhões  
224 (cinquenta milhões de reais) da dívida que totaliza R\$400 milhões (quatrocentos milhões de reais)  
225 possibilitou uma alavancada na empresa, que o programa de desligamento voluntário seria um  
226 estímulo aos funcionários mais antigos que desejassem partir para uma iniciativa privada, e que a  
227 desabilitação do *mainframe* do CNIS não estava vinculado às datas, entretanto, garantiu que  
228 passaria outras informações sobre o caso para o Conselheiro Evandro José Morello por *e-mail*. O  
229 Senhor Presidente passou a palavra ao Conselheiro Jorge Higashino, que parabenizou a  
230 DATAPREV e lembrou que antigamente a DATAPREV impunha condições e o INSS as cumpria e  
231 os bancos tinham de correr atrás, mas atualmente a empresa realmente prestava serviços de  
232 informática e não apenas exigia coisas dos clientes. Destacou que no processo de integração, a  
233 DATAPREV cuidava dos benefícios e a Receita Federal do Brasil da parte financeira. Concordou  
234 que reformular o quadro de carreira era muito difícil e que a pior coisa era a transformação de  
235 técnicos em gerentes, citando o exemplo do Banespa, que em 1974, criou um cargo de consultor  
236 máster que cuidava da parte técnica, sem gerenciar o pessoal, mas ganhava como gerente.  
237 Perguntou se a DATAPREV teria o controle das pessoas aposentadas que contribuíram no  
238 período em que constituíram pecúlio e como eles poderiam recuperá-lo. Para adiantar os  
239 trabalhos, o Senhor Presidente passou a palavra ao Conselheiro Edmundo Benedetti Filho, que  
240 também elogiou o Diretor de Relacionamento, Desenvolvimento e Informações da DATAPREV,  
241 Senhor Rodrigo Novais Coutinho, e perguntou se existiria um déficit atuarial na DATAPREV, de  
242 quanto seria e, se seria equalizado, quem iria arcar com ele, já que isso poderia inviabilizar uma  
243 empresa. Comentou que o projeto que envolve a fábrica de *software* deveria ser reavaliado e que  
244 divergia do PDV - Plano de Desligamento Voluntário -, sendo que a DATAPREV deveria era  
245 incentivar para que se continuasse a trabalhar até os sessenta e cinco anos, mas concordava com  
246 o Plano de Cargos e Salários. O Senhor Presidente passou a palavra para a Senhora Conselheira  
247 Josepha Theotonia de Brito que quis saber se os dados da arrecadação ficavam com a Receita  
248 Federal do Brasil ou com a DATAPREV. O Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor  
249 Conselheiro Epitácio Luiz Epaminondas, que reclamou da burocracia da Receita Federal do Brasil  
250 para fazer pagamentos atrasados, ao contrário do que acontecia quando isso era feito pelo INSS.  
251 O Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Conselheiro Benedito Adalberto Brunca, que  
252 respondeu ao Senhor Conselheiro Jorge Higashino dizendo que o INSS dependia de que o  
253 trabalhador que pagou o pecúlio e desejava resgatá-lo deveria fazer a prova das contribuições,  
254 para que se pudesse calcular e apurar os valores, até que um projeto de lei que tramitava no  
255 Congresso Nacional fizesse com que a data de validade do pecúlio retroagisse para um período  
256 anterior ao ano 2000. Em relação à questão da Senhora Conselheira Josepha Theotonia de Brito,  
257 disse que a Receita Federal do Brasil usa as informações para verificar a arrecadação, e o INSS  
258 para reconhecer os direitos, mas os dados são compartilhados. Sobre a questão apontada pelo  
259 Senhor Conselheiro Epitácio Luiz Epaminondas, o Senhor Presidente disse que provavelmente  
260 seriam problemas localizados e que seria necessário a Receita Federal do Brasil fazer um

261 processo de transição e de adaptação, pelos quais todos os órgãos públicos passavam, no que foi  
262 apoiado pelo Senhor Conselheiro Benedito Adalberto Brunca, que lembrou que há três anos a  
263 situação era bem diferente, mas o importante era que a DATAPREV tivesse sustentabilidade, que  
264 conseguisse cumprir o seu papel. Comentando a fala do Senhor Conselheiro Jorge Higashino, o  
265 Diretor de Relacionamento, Desenvolvimento e Informações da DATAPREV, Senhor Rodrigo  
266 Novais Coutinho, disse que o espírito de corpo entre os três entes da Previdência possibilitava  
267 correr maiores riscos. Sobre a preocupação da Senhora Conselheira Josepha Theotonia de Brito,  
268 lembrou que a Receita Federal do Brasil era originalmente uma diretoria de arrecadação do INSS  
269 e, mesmo estando hoje no Ministério da Fazenda, todos os sistemas que atendem à administração  
270 tributária ainda estavam sob responsabilidade da DATAPREV, que alguns sistemas e bases de  
271 dados estavam sendo integrados, para que no futuro eles convergissem para soluções únicas,  
272 sendo que alguns ficariam com o SERPRO e outros com a DATAPREV. Em relação às questões  
273 do Senhor Conselheiro Edmundo Benedetti Filho, afirmou que a ordem do dia na DATAPREV é a  
274 transparência que, tão logo a proposta sobre o passivo do PREVDATA seja concluída seria  
275 incluída na pauta. Sobre a reavaliação da fábrica de *software*, depois da discussão que contou  
276 com o Excelentíssimo Ministro da Previdência Social, Luiz Marinho, chegou-se à conclusão que  
277 não havia uma alternativa melhor do que continuar apostando nela, informando que os primeiros  
278 marcos colocados já foram atingidos e que se esperava cumprir o projeto até o final do ano, mas  
279 alertou que ainda seria necessário capacitar cerca de quarenta mil pessoas do INSS, ao que  
280 chamou de operação de guerra. Reafirmou a importância do Plano de Desligamento Voluntário,  
281 lembrando que o grosso dos funcionários da DATAPREV entrou quando a empresa só fazia  
282 digitação e que seria desumano obrigar essas pessoas a ocuparem funções para as quais não têm  
283 o perfil, que seria melhor proporcionar-lhes um caminho alternativo, desde que estivessem de  
284 acordo. O Senhor Presidente ressaltou a nova postura da DATAPREV que chegava atualmente  
285 ao Conselho Nacional de Previdência Social de cabeça erguida, que todas as melhorias citadas  
286 eram feitas sem solução de continuidade, que o Diretor de Relacionamento, Desenvolvimento e  
287 Informações da DATAPREV, Senhor Rodrigo Novais Coutinho, trazia soluções e propostas  
288 concretas e não estava vendendo ilusões ou apenas idéias, que, diferentemente do que ocorria no  
289 passado, o INSS apresenta o que necessita e a DATAPREV apresenta soluções até melhores do  
290 que o que tinha sido pensado. Agradeceu ao Diretor de Relacionamento, Desenvolvimento e  
291 Informações da DATAPREV, Senhor Rodrigo Novais Coutinho, e sugeriu que seria oportuno a  
292 aprovação de uma resolução apoiando e recomendando a continuidade do Plano de Modernização  
293 Tecnológica que vinha sendo adotado e efetuado pela DATAPREV, que tinha por objetivo buscar a  
294 melhoria da qualidade das informações e do atendimento aos beneficiários da Previdência como  
295 um todo. Diante da aquiescência dos Senhores Conselheiros, informou que apresentaria uma  
296 redação dessa resolução ao Excelentíssimo Ministro da Previdência Social, Luiz Marinho.

297

## 298 **V – OUTROS ASSUNTOS**

299 Em seguida, o Senhor Presidente informou que o Excelentíssimo Ministro da Previdência Social,  
300 Luiz Marinho, não poderia participar da reunião e passou a palavra ao Senhor Conselheiro  
301 Benedito Adalberto Brunca, que lembrou que os Senhores Conselheiros haviam recebido dois  
302 documentos: uma apresentação do resumo da negociação da folha de pagamentos do INSS e  
303 uma cópia da Medida Provisória 404, publicada em 12 de dezembro de 2007, que  
304 institucionalizava o teor dos dados da negociação da folha de pagamento concretizada, quando o  
305 Ministério da Previdência, o INSS e vinte e três instituições bancárias pactuaram uma nova forma  
306 de conduzir e garantir o pagamento dos benefícios e os custos de tarifas. Lembrou, também, que  
307 todos conheciam que o sistema de pagamento de benefícios tinha historicamente uma tarifação  
308 medida de acordo com o tipo de pagamento, sendo que por conta corrente, pagava-se R\$0,30; por  
309 cartão magnético, R\$1,07; por agências pioneiras, R\$1,98; e por Correios, que ainda continuaria a  
310 pagar, porque estava fora do escopo da negociação com a rede bancária, pois atendia só algumas  
311 pequenas cidades, onde não havia estrutura bancária, pagava-se um pouco mais de R\$4,00, por  
312 pagamento realizado. Informou que, pelo acordo, esses custos que giravam em torno de R\$250  
313 milhões, por ano, ficaria zerado durante um ano, sem a perda do padrão e nas mesmas condições  
314 que vigoravam antes. Que não haveria leilão da folha e sim uma discussão do modelo e a  
315 eventual precificação da folha, sem que se alterasse substancialmente a relação de aposentados e

316 pensionistas com as respectivas instituições. Revelou que o processo de negociação com a  
317 FEBRABAN – Federação Brasileira dos Bancos – intensificou-se ao longo dos últimos meses,  
318 forçando a mudança, porque a economia para os cofres públicos era essencial e o Excelentíssimo  
319 Ministro da Previdência Social, Luiz Marinho, o Senhor Presidente do INSS, Marco Antônio de  
320 Oliveira, e a FEBRABAN conseguiram concluir o acordo ratificado pelo Presidente da República,  
321 que culminou com a publicação da Medida Provisória, que previa que, ao invés de se pagar os  
322 vinte e cinco milhões de beneficiários em cinco dias úteis, como vinha ocorrendo até o mês  
323 passado, antecipar-se-ia o pagamento de todos que recebiam até um salário mínimo - em torno de  
324 oito milhões e meio de beneficiários, num total estimado em três bilhões de reais - em cinco dias  
325 úteis, dentro do mês de competência do benefício. Assim, em dezembro, estes começariam a  
326 receber no dia 20, no dia 21, no dia 26, no dia 27 e dia 28, considerando o dia 24 de dezembro,  
327 excepcionalmente, um dia não útil. Ressaltou o trabalho da DATAPREV na mudança feita em  
328 pouco mais de dez dias, para garantir o pagamento de dezembro antecipado para o dia 20.  
329 Garantiu que um grupo de trabalho composto por representantes do Ministério da Previdência,  
330 Ministério da Fazenda, INSS, DATAPREV e dos vinte e três bancos, tinha até o dia 25 de março –  
331 prazo que poderia ser prorrogado por mais sessenta dias – para estabelecer um novo parâmetro,  
332 já que não havia mais contrato para fazer o pagamento e seria necessário discutir se seria feito o  
333 leilão ou se buscaria outra saída; que o Excelentíssimo Ministro da Previdência Social, Luiz  
334 Marinho, optou pela tarifa zero e, além disso, o Governo tinha a expectativa de receber a folha,  
335 mas era preciso definir quanto valeria a folha, dentro das características da prestação de serviço a  
336 ser executada. Dessa forma, apresentou os detalhes da negociação e da nova forma de  
337 pagamento dos benefícios, destacando que na competência dezembro, foram pagos mais de vinte  
338 e cinco milhões e cem mil benefícios, da seguinte forma: quinze milhões receberam por cartão  
339 magnético e dez milhões, depositado em conta; dezessete milhões ganhavam até um salário  
340 mínimo, sendo que onze milhões e setecentos mil receberam por cartão magnético e cinco  
341 milhões e trezentos mil, em conta corrente; do conjunto dos dezessete milhões e cento e  
342 dezessete mil, oito milhões e meio que eram alvos da medida. O Senhor Presidente abriu a  
343 palavra para os comentários dos Senhores Conselheiros. O Senhor Conselheiro Edmundo  
344 Benedetti Filho perguntou se o grupo de trabalho era para discutir o novo modelo de pagamento  
345 ou a negociação do pagamento da folha, que se fosse para discutir um novo modelo de  
346 pagamento solicitaria que aposentados e pensionistas tivessem participação. O Senhor  
347 Conselheiro Benedito Adalberto Brunca afirmou que se tratava da discussão de um novo modelo  
348 de folha, que não colocasse em questão o padrão atual de prestação de serviços aos beneficiários  
349 e garantiu, em nome do Ministério e do INSS, que traria ao Conselho Nacional de Previdência  
350 Social os relatos do andamento das negociações. A Senhora Conselheira Josepha Theotonia de  
351 Brito protestou por ter tomado conhecimento das negociações e das decisões a respeito da folha  
352 de pagamento pelos jornais, qualificou de milagre dos duzentos e cinqüenta milhões de reais e, de  
353 repente, não pagar mais nada, e pediu que o material impresso sobre o assunto fosse distribuído  
354 aos Senhores Conselheiros por *e-mail*. O Senhor Presidente disse que o protesto estava  
355 registrado. O Senhor Conselheiro Benedito Adalberto Brunca lembrou as manifestações do ex-  
356 Ministro da Previdência Social, Nelson Machado, sobre a intenção do Governo em rever o modelo  
357 de pagamento à rede bancária, que o assunto vem sido debatido com diversos órgãos há muito  
358 tempo e que só não entrou na pauta da última reunião do Conselho Nacional da Previdência  
359 Social, porque nada tinha sido resolvido, ainda; que os ministros falavam sobre o assunto nos  
360 meios de comunicação e no Conselho Nacional da Previdência Social, ressaltando que os bancos  
361 vinham sistematicamente adquirindo folhas, sendo que o Ministério da Previdência Social foi ao  
362 Tribunal de Contas da União, junto com a Secretaria do Tesouro Nacional expor tal perspectiva;  
363 que se tratava de uma decisão que exigia tempo e qualquer antecipação poderia ser temerária.  
364 Preferiu dizer que não houve milagre, mas um processo de identificação de uma tendência de  
365 mercado e o Governo, com toda a cautela que era absolutamente necessária, buscou também tirar  
366 proveito, buscando minimizar os custos para a Administração Pública. Justificou que a economia  
367 de duzentos e cinqüenta milhões representava quase o contrato do INSS com a DATAPREV, que  
368 era de pouco mais de trezentos milhões de reais. A Senhora Conselheira Josepha Theotonia de  
369 Brito manteve o protesto em relação ao que chamou de descaso para com o Conselho Nacional da  
370 Previdência Social, mas parabenizou o trabalho e disse esperar que ele desse resultado para o

371 INSS e para os aposentados e pensionistas. O Senhor Conselheiro Jorge Higashino ratificou que  
372 o ex-Ministro da Previdência Social, já havia trazido o assunto ao Conselho Nacional da  
373 Previdência Social, que houve marchas e contramarchas, entendimentos e desentendimentos,  
374 mas o segredo de êxito de qualquer negócio estaria na ausência de informações e especulações  
375 públicas, que o bom senso prevaleceu na negociação que gerou o acordo de cooperação em tela,  
376 e que até o dia 31 de agosto de 2008, seria verificado como ficaria a situação, e parabenizou a  
377 DATAPREV, a equipe técnica do INSS e os bancos. O Diretor de Relacionamento,  
378 Desenvolvimento e Informações da DATAPREV, Senhor Rodrigo Novais Coutinho, testemunhou  
379 que a empresa só tomou conhecimento da demanda no dia 4 de dezembro, quando ainda não  
380 havia o acordo com a rede bancária e discordou que houve descaso para com o Conselho  
381 Nacional da Previdência Social. O Senhor Conselheiro Evandro José Morello disse que do ponto  
382 de vista do beneficiário não haveria problema quanto à antecipação do pagamento, e destacou  
383 que no art. 41 da Medida Provisória, reafirma-se a questão do primeiro pagamento do benefício  
384 ser efetuado até quarenta e cinco dias após o segurado apresentar a documentação. Ressaltou  
385 que já estavam aparecendo os resultados das negociações com o INSS e o Ministério da  
386 Previdência sobre o represamento dos benefícios, um problema que vinha do ano passado. Sobre  
387 a negociação da folha de pagamento, afirmou que o que se perguntava era como seria preservada  
388 a situação do segurado que não quisesse ter conta corrente no banco, para não ter de pagar os  
389 custos, lembrando que os bancos poderiam querer vender esse serviço e haveria muitas  
390 reclamações em relação à abordagem dos bancos sobre os segurados. O Senhor Conselheiro  
391 Benedito Adalberto Brunca disse que o fato de algum banco fazer pressão para o segurado abrir  
392 uma conta, visando o recebimento das tarifas bancárias, era uma preocupação que independe do  
393 pagamento ou não das despesas com a folha e sugeriu difundir a informação de que os bancos  
394 oficiais – Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil – não cobrassem tarifas do aposentado  
395 com base na portaria da conta simplificada. O Senhor Presidente disse que os bancos oficiais  
396 também poderiam adotar o mesmo procedimento e oferecer o serviço gratuitamente. Lembrou  
397 que sempre foi colocado há vários anos que a proposta do Governo era vender a folha, mas o que  
398 se fez, até aquela hora, foi zerar o processo, para estudar, avaliar alternativas, valorar o produto,  
399 sem pagar pelo serviço que continuaria a ser prestado normalmente pelos bancos, durante um  
400 ano. A Senhora Conselheira Josepha Theotonia de Brito disse que não estava acusando o  
401 Conselho Nacional da Previdência Social, mas protestando pela situação de desinformação. Ao  
402 que o Senhor Presidente comentou que o fato de os jornalistas a terem procurado para comentar o  
403 que ela alegou ainda não saber, demonstrava que ela era considerada uma conselheira ativa e  
404 bem informada. A Senhora Conselheira Josepha Theotonia de Brito reafirmou que elogiou muitas  
405 vezes o ex-Ministro Nelson Machado que, ao contrário dos demais, quase sempre se fazia  
406 presente nas reuniões do Conselho Nacional da Previdência Social e queria discutir a seguridade  
407 social, que, na opinião da Senhora Conselheira, nunca foi discutida de verdade. O Senhor  
408 Conselheiro Epitácio Luiz Epaminondas disse que queria discutir a questão politicamente, que o  
409 Conselho Nacional da Previdência Social não era um órgão com problemas de segurança onde  
410 não se podia fazer a discussão, referindo-se ao Senhor Conselheiro Jorge Higashino, que o banco  
411 não fazia nenhum sacrifício para pagar a folha e que ganhava muito dinheiro em cima dos  
412 aposentados e do consignado, assim como ganhou durante o Censo da Previdência, quando  
413 recebia sete reais para cada um. Afirmou que queria se sentir como ator e não só sentar e ouvir;  
414 reconheceu que o Conselho Nacional da Previdência Social era somente consultivo, que não se  
415 mudava as decisões, mas devia ser consultado antes delas; e disse que havia coisas  
416 interessantes, mas protestava porque o Conselho Nacional da Previdência Social estava lá para  
417 discutir e não para impor. O Senhor Conselheiro Luiz Antônio Adriano da Silva apoiou os  
418 protestos do Senhor Conselheiro Epitácio Luiz Epaminondas e da Senhora Conselheira Josepha  
419 Theotonia de Brito, quanto ao atropelo de ações no Conselho Nacional da Previdência Social,  
420 ressaltando que a Previdência devia fazer por onde arrumar caixa para concluir os pagamentos no  
421 último dia do mês, mas com transparência. Alertou que os bancos estavam levando o dinheiro dos  
422 aposentados havia muito tempo; que havia muita coisa não explicada em relação aos  
423 consignados, citando a situação do interior do Estado de São Paulo sobre a negociação das  
424 dívidas dos consignados, pela qual não estaria havendo os descontos do que já teria sido paga  
425 pelo consignado. O Senhor Conselheiro Benedito Adalberto Brunca disse que a regra de



426 antecipação e liquidação não era definida por nenhuma norma no âmbito do INSS, mas que se  
427 poderia basear no Código de Defesa do Consumidor, e pediu que fossem encaminhados casos  
428 concretos para análise do Conselho Nacional da Previdência Social, sendo apoiado pelo Senhor  
429 Presidente. O Senhor Conselheiro Luiz Antônio Adriano da Silva reforçou dois pedidos ao Senhor  
430 Conselheiro Benedito Adalberto Brunca: de uma relação dos aposentados por município, com o  
431 salário médio de cada um; e sobre uma beneficiária de Minas Gerais com desconto irregular no  
432 seu décimo terceiro. O Diretor de Relacionamento, Desenvolvimento e Informações da  
433 DATAPREV, Senhor Rodrigo Novais Coutinho, pediu mais informações sobre o caso ao Senhor  
434 Conselheiro Luiz Antônio Adriano da Silva, que não as tinha no momento. O Senhor Presidente  
435 passou para o próximo item da pauta que seria o relato das ações da Secretaria de Políticas de  
436 Previdência Social em 2007 e as propostas de trabalho para 2008, mas, por causa da falta de  
437 tempo hábil, consultou e foi apoiado pelos Senhores Conselheiros que o assunto ficasse para a  
438 primeira reunião do ano seguinte. Passou-se à análise da proposta do calendário para 2008. A  
439 Senhora Conselheira Josepha Theotonia de Brito disse ter dúvida sobre a análise do orçamento  
440 marcado para a reunião de 30 de julho, que nunca se discutia o orçamento por causa dos prazos  
441 apertados. O Senhor Presidente sugeriu que na reunião de maio se avalie a necessidade ou não  
442 de antecipar essa discussão, ficando pré-agendada a discussão do orçamento na reunião de  
443 junho, no que foi apoiado pelos Senhores Conselheiros. A Senhora Conselheira Josepha  
444 Theotonia de Brito sugeriu também que na próxima reunião se voltasse ao assunto da mudança de  
445 datas de pagamentos, já com os subsídios das pessoas e das entidades, para avaliação, sendo  
446 que entendia que até na reunião de fevereiro haveria tempo para discutir o tema. A Senhora  
447 Conselheira Maria Júlia Reis Nogueira pediu para que se pautasse um balanço do funcionamento  
448 dos conselhos estaduais. O Senhor Presidente também incluiu como assuntos novos o  
449 PREVDATA. O Sr. Conselheiro Evandro José Morello lembrou que pedira informações sobre o  
450 concurso público, ficando este para a próxima reunião.

451

## 452 **VI – ENCERRAMENTO**

453 Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos, desejando-lhes  
454 um bom retorno às suas casas, um Feliz Natal e um ano novo venturoso para todos, e declarou  
455 encerrada a 139ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social. Para constar,  
456 eu, \_\_\_\_\_, lavrei a presente ata. Brasília, 12 de dezembro de 2007.